

A Facepe dribla as dificuldades na oscilação de recursos

A luta pela garantia de recursos para a pesquisa faz parte da história da Fundação pernambucana. A criação, ainda que por lei, de uma agência de fomento não era suficiente para garantir o bom andamento das políticas públicas de ciência e pesquisa. Era preciso mecanismos para tirar a Fundação do papel e essa materialização só seria possível com dotação orçamentária garantida por lei.

Graças a este instrumento legal, os recursos obtidos pela Facepe têm sido perenes, mesmo oscilando a depender da situação econômica do País e do Estado. Os investimentos feitos antes do Plano Real não foram corrigidos para a moeda atual. As planilhas em real mostram os recursos destinados à agência a partir de 1993. As verbas liberadas pelos gestores que estiveram a frente do Governo do Estado de Pernambuco após a implantação do Plano Real não sofreram grandes alterações, sendo o ano de 1997 o de maior volume de recursos para auxílios financeiros e bolsas concedidas na década de 1990.

Nesse período o país atravessava uma nova crise econômica. Em Pernambuco, isso não foi diferente. Impactada pela queda na economia, a gestão do governador eleito em 1990 pelo antigo PMDB, Joaquim Francisco, fez investimentos reduzidos em diversas áreas, o que repercutiu na área de Ciência e Tecnologia. Sobre esse período, vale destacar

que a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco foi extinta em 1991, sendo recriada, depois da pressão de acadêmicos, dois anos depois, em 1993, relembra Andreia Santos. De acordo com Frederico Toscano, durante esta gestão, a Facepe recebeu valores anuais que variaram ao equivalente a US\$ 1 milhão e US\$ 10 milhões. Dinheiro que veio de convênios com órgãos do Governo Federal.

Na realidade, o novo quadro político, a crise de investimentos de recursos financeiros e o Impeachment do presidente Fernando Collor em 1992 contribuiu, decididamente, para esse quadro negativo, complementa Andreia.

O retorno de Miguel Arraes de Alencar (PPS) para governar Pernambuco, entre 1993 e 1995, aconteceu dentro desse cenário de grave crise e se agravou com o caso dos precatórios. Esta gestão seria marcada por denúncias de emissão irregular de precatórios, operação que se constituiu na emissão de títulos públicos para pagamento de dívidas judiciais. Respaldo por uma lei estadual, que autorizava o pagamento de salários de funcionários, obras e outros encargos públicos, com os recursos provenientes dos precatórios, o governo emitiu 100 mil títulos e arrecadou R\$ 10 milhões, conta Úcia Gaspar no livro Miguel Arraes de Alencar. O caso foi bastante explorado nas eleições de 1995, da qual Arras Vasconcelos saiu vencedor.

dor. Vale salientar também a oposição sistemática do Governo Federal do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e do seu vice Marco Antônio Maciel (PFL) ao então governo de Miguel Arraes.

Aliado às políticas federais conduzidas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, o governador do Estado de Pernambuco Jarbas Vasconcelos (1999-2006) reproduziu localmente a conjuntura de Brasília, o que reduziu os investimentos na Facepe. Este cenário de poucos investimentos perdurou mesmo quando Luís Inácio Lula da Silva (PT) assumiu o poder em 2003. “Mesmo com as mudanças ocorridas no direcionamento político partidário, a Facepe continuou enfrentando dificuldades quanto ao valor repassado pelo governo estadual. Apesar da regularidade de recursos, os valores só passaram a aumentar vertiginosamente em decorrência do modelo político e de gestão adotados pelo governador Eduardo Campos, que passou a apostar num tipo de ação estatal balizada no que alguns vão denominar de neo-desenvolvimentismo, seguindo a linha do então Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva”, analisa Andreia Santos.

Ainda de acordo com a socióloga, o fato de Eduardo Campos ter sido ministro da Ciência e Tecnologia entre os anos de 2004 e 2005, durante o primeiro Governo Lula, permitiu acumular experiência e sensibilidade na área, “bem como estreitar seus elos com a comunidade científica, assim como havia realizado seu avó Miguel Arraes décadas antes. Esse contato e valorização do campo político em relação ao científico foi uma marca da gestão Eduardo Campos”.

A primeira gestão de Eduardo Campos (2007-2010) foi responsável por 72,3% de tudo o que foi aplicado na Fundação desde 1995. Em termos absolutos, dos mais de 112 milhões de reais (R\$ 112.339.164,95) que o Governo de Pernambuco destinou à Facepe, Eduardo Campos investiu mais de oitenta e um milhões de reais (R\$ 81.233.963,36). Ou seja, em quatro anos de mandato, aplicou e articulou mais verbas para a Facepe do que nos 11 anos anteriores ao seu governo.

Esse novo direcionamento político promoveu a consolidação do Programa de Bolsas de Pós-Graduação, através da concessão de bolsas para mestrado e dou-

torado, um maior investimento nos auxílios e bolsas de fluxo contínuo, bem o estabelecimento de parcerias, cooperações e convênios com instituições nacionais e internacionais. “Cabe destacar ainda que as ações da Fundação se alinhou com a política desenvolvida pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, tendo em vista o Plano de Ação em C,T&I”, frisa Andreia Santos.

De acordo com dados da Capes, Pernambuco tem hoje 81 programas de mestrado e doutorado, 56 de mestrado, 28 de mestrado profissional e dois de doutorado, totalizando 161 programas. Os números revelam ainda que o Estado formou 23.850 mestres e doutores nos últimos dez anos. Esses dados são de grande importância para as ações desenvolvidas pela Facepe no que se refere ao Programa de Bolsas de Pós-Graduação, iniciado em 2006 e reconfigurado em 2008, quando a Fundação ofertou 280 bolsas de mestrado e 150 de doutorado, com um investimento de R\$ 5,4 milhões. Ao longo desses anos de funcionamento, motivada principalmente pelo crescimento da quantidade de Programas de Pós-Graduação em Pernambuco e consequente entrada de mais alunos na pós-graduação, a Fundação aumentou a quantidade de novas bolsas ofertadas semestralmente e reajustou os valores mensais das mesmas. Em 2015, a Facepe concedeu 350 novas bolsas de mestrado e 190 de doutorado, destinando R\$ 35 milhões de investimento em pós-graduação para o período de 2015 a 2019. A agência de fomento à pesquisa vem desde 2017, em cooperação técnica com a Capes, concedendo o total de 300 bolsas de mestrado e 160 de doutorado na primeira rodada, para os discentes egressos nos Programas no primeiro semestre e 50 bolsas de mestrado e 30 de doutorado na segunda rodada para os cursos que iniciam no segundo semestre. Apesar de uma trajetória animadora, a atual crise política e econômica brasileira provoca consequências nos investimentos em pesquisa em Pernambuco. Em 2018, houve uma queda no montante liberado pelo tesouro estadual.

Mesmo garantida por lei desde a sua criação, a liberação de recursos para a Facepe não se deu de forma contínua, apresentando escassez e irregularidade em vários períodos da instituição, mas a comunidade científica buscou formas de enfrentamento. “A Lei que instituiu a Fundação, com dotação de no mínimo 1%

da receita orçamentária do Estado funcionou bem nos dois primeiros anos, mas não foi cumprida e ficou muito mais na dependência da vontade política do governante em exercício, destaca a pesquisadora Andreia Santos

No entanto, outro importante marco da história da Facepe quanto à garantia de recursos foi a Emenda Constitucional nº 1 de dezembro de 2001, que trouxe na Constituição uma dotação anual em valor equivalente a, no mínimo, cinco décimos por cento da receita de impostos. Entre 2001 e 2017 houve uma manutenção no repasse de recursos por parte do Governo Estadual. Dados da Secretaria de Ciência, Tecnologia & Inovação (Sectiq) revelam que em 2017, os recursos totais alcançaram o montante de R\$ 7,7 milhões, sendo R\$ 1,1 milhões provenientes do tesouro estadual, 11,8% repassados do governo federal incluindo CNPq, Capes, MCTI, Finep, entre outros, e 9,9% referem-se a outras fontes de recursos, como convênios com outras Secretarias de Governo, Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPAq) e Agência Pernambucana de Águas e Clima (Apacq). Um acordo de cooperação técnica e acadêmica firmado entre a Capes e a Facepe para o período 2018-2020 prevê orçamento de R\$ 1,1 milhões, sendo 80% de contrapartida da agência pernambucana.

A política científica praticada pela Facepe é madura, no sentido de que ela não se exerce de maneira acrítica e no sentido de que ela não é errática. Ela é orientada por objetivos de política pública, de política científica mais ampla e, portanto, não é algo que se improvise. Por isso, eu reivindico para essa política o adetivo maduro. Acho que ela é objeto de uma reflexão e de um planejamento. Portanto, ela merece, pelo menos, ser considerada enquanto tal, avalia o professor Diogo Simões, ex-presidente da agência entre 2007 e 2017.

Os investimentos realizados pela Fundação geraram grande impacto no desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação no Estado, contribuindo de forma determinante na formação de recursos humanos qualificados, na atração e fixação de pesquisadores, além de aplicar recursos em pesquisas voltadas para a solução de problemas de Pernambuco, indo desde o combate às arboviroses ou na prevenção de acidentes com tubarões, além de direcionar recursos para projetos no Interior e nos arranjos produtivos locais. O resultado desses investimentos se mostra no desenvolvimento do Estado e da sociedade. Um caminho que a Facepe vem trilhando ao longo de seus 60 anos de existência.